



Of. Adusp 002/26

São Paulo, 23 de março de 2026.

Ilmo. Sr.
Prof. Dr. Aluisio Augusto Cotrim Segurado
Reitor da Universidade de São Paulo

Assunto: Solicitação de agenda regular de reuniões entre Reitoria e Adusp

Senhor Reitor,

A Diretoria da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp) informa que o teor do presente ofício foi aprovado por unanimidade em assembleia docente realizada no dia 10 de março de 2026.

Inicialmente, solicitamos esclarecimentos formais desta Reitoria a respeito da aplicação da Lei Complementar nº 226/2026 no âmbito da Universidade de São Paulo, particularmente no que se refere aos casos de docentes aposentados cujos valores relativos a quinquênios e sexta-parte, correspondentes ao período de 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, não foram contabilizados para efeitos previdenciários.

Considerando que a referida lei restabeleceu a contagem de tempo de serviço no período anteriormente congelado, entendemos que tais valores deveriam ter sido incorporados aos proventos de aposentadoria sempre que aplicável. Dessa forma, solicitamos que a Reitoria informe formalmente à categoria docente quais procedimentos serão adotados para corrigir essas situações e garantir a adequada contabilização desses direitos.

Adicionalmente, considerando a autonomia universitária e o fato de que docentes e servidores técnico-administrativos mantiveram integralmente suas atividades durante o período da pandemia, a Adusp demanda que a Universidade de São Paulo realize o pagamento dos valores retroativos decorrentes da recomposição do tempo de serviço, independentemente da eventual edição de legislação estadual específica que trate desse ponto.

No exercício de sua função de representação eleita da categoria docente, e na ocasião da reunião ora agendada, a Diretoria da Adusp vem também formalizar a solicitação de estabelecimento de uma agenda regular de reuniões entre esta Reitoria e a Adusp, com periodicidade mínima de duas reuniões por semestre.

Entendemos que a manutenção de um canal institucional permanente de interlocução é fundamental para o fortalecimento da universidade pública, democrática e socialmente referenciada, bem como para o enfrentamento transparente dos desafios atuais da USP.



Propomos que essas reuniões contemplem, entre outros, os seguintes temas de interesse comum:

Reforma Tributária

A Adusp, por meio de seu GT Verbas e no âmbito do Fórum das Seis, tem defendido a transferência da base de cálculo do repasse às universidades para a Receita Tributária Líquida, nos moldes do que já ocorre com a FAPESP, por se tratar de uma base mais estável e que oferece maior previsibilidade para o financiamento das universidades. O Cruesp tem apresentado proposta muito semelhante, o que indica uma convergência que pode abrir espaço para formas conjuntas de atuação em defesa do financiamento adequado das universidades públicas paulistas.

Ações coletivas

Discussão sobre o andamento das ações coletivas de interesse da categoria docente, em especial aquelas relativas às perdas decorrentes da conversão da URV, à aplicação da Lei Complementar nº 226/2026 e aos desdobramentos dos Temas 1070 e 1233 nos tribunais superiores.

Condições de trabalho e avaliação docente

Propomos a adoção de mecanismos efetivos de prevenção ao adoecimento e de promoção de condições adequadas de trabalho (passando pela reformulação dos processos de avaliação do trabalho docente), bem como o enfrentamento de práticas arbitrárias e de situações caracterizadas como assédio moral, garantindo transparência e celeridade nos processos administrativos, respeito às normas estatutárias e proteção às vítimas. Consideramos igualmente fundamental que a Reitoria assegure publicidade de dados relativos a quadros docentes, regimes de trabalho e procedimentos disciplinares, de modo a permitir controle institucional e prevenir novas distorções.

Reposição de quadros

Recomposição do corpo docente diante das aposentadorias e desligamentos acumulados nos últimos anos. Na gestão anterior, a insuficiência de reposição de claros e o agravamento da sobrecarga provocaram mobilização estudantil e paralisações em diversas unidades, evidenciando o impacto direto da redução de quadros sobre a oferta de disciplinas e a qualidade do ensino. Apesar de promessas de recomposição, ainda persiste déficit significativo em várias áreas, com efeitos sobre ensino, pesquisa e extensão, além de intensificação da sobrecarga no trabalho docente. Reivindicamos a mudança na forma de alocação de vagas, priorizando a reposição automática decorrente de aposentadorias e desligamentos (inclusive daqueles que ocorreram nos últimos 12 anos), em vez da lógica concorrencial por meio de editais que colocam unidades e áreas em disputa, integrando essa recomposição a um planejamento institucional de médio e longo prazo.



Vagas para negros e políticas de ação afirmativa

Avaliação da política de reserva de vagas e de sua implementação, considerando a campanha da Adusp pela restituição de 175 vagas para docentes negros e indígenas não reservadas nos concursos de 2023 e a necessidade de fortalecimento das políticas de ação afirmativa na USP. A pauta inclui também a discussão de dados sobre acesso, permanência e condições de trabalho de docentes negros, bem como medidas para ampliar a equidade racial na carreira docente, em diálogo com o Coletivo de Docentes Negras e Negros da USP.

Hospital Universitário

Tratamento da situação orçamentária e de pessoal do Hospital Universitário, considerando os recorrentes relatos de insuficiência de equipes, sobrecarga de trabalho e dificuldades no atendimento à comunidade universitária, como evidenciado pelas mobilizações de trabalhadores do HU durante a pandemia e pelas queixas relativas à demora no agendamento de consultas e exames pelo Sisusp. Entendemos que o subfinanciamento e a limitação de quadros impactam diretamente a qualidade do atendimento prestado à comunidade, além de comprometer o papel estratégico do HU como campo de formação acadêmica e como equipamento público de saúde articulado ao SUS.

Democratização da estrutura universitária

Discussão sobre a ampliação da participação da comunidade universitária nos processos decisórios, considerando a persistente sub-representação de servidores técnico-administrativos e estudantes nos órgãos de deliberação, especialmente no Conselho Universitário (CO). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece que os docentes ocupem 70% dos assentos nos órgãos colegiados, o que implica a reserva de 30% para as demais categorias da comunidade universitária. Mesmo no interior do corpo docente, observam-se desigualdades de representação, com sub-representação de professores doutores, mulheres e docentes negros nos espaços de maior poder decisório.

Acreditamos que o tratamento periódico e estruturado desses temas contribuirá para maior transparência administrativa e para a construção de soluções institucionais dialogadas.

Atenciosamente,

Diretoria da Adusp
Associação de Docentes da Universidade de São Paulo